ISSN Online: 2675-2735

Revista Sertão Sustentável (RSS)
Volume 7, Número 1, 24-45, Jan- Jun 2025.

Conversão agroecológica: uma transição para além da certificação orgânica participativa

*Venâncio Ferreira dos Santos[1]**

[1]Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Irecê, Bahia, Brasil

**Autor correspondente: Venâncio Ferreira dos Santos.*

E-mail: venancioferreirasba@hotmail.com

Revista Sertão Sustentável 2023. Open access sob licença Creative Commons BY-NC-ND 4.0 International.

Recebido: 20-10-2024

Aceito: 30-04-2025

Resumo

A proposta deste estudo se baseia em uma ação realizada durante estágio realizado na Cooperativa de Produtores Orgânicos e Biodinâmicos da Chapada Diamantina (COOPERBIO) e no Pré Núcleo de Certificação Orgânica Participativa Sementes da Chapada credenciado à Rede de Agroecologia Povos da Mata. Este trabalho possibilitou formar o estagiário através de sua vivência em organizações sociais que atuam na produção primária vegetal de alimentos em bases agroecológicas. A presente proposta teve como objetivo analisar os aspectos necessários para a transição de ambientes produtivos em atendimento às exigências da Lei 10.831/03 (Brasil, 2003), bem como suas instruções normativas, que regulamentam a produção orgânica no Brasil. Para isso, dias de campo, análises das práticas, entrevistas e preenchimento do roteiro de visitas de pares, cujos dados foram analisados, sintetizados e discutidos. A partir dessas informações, foi possível a elaboração conjunta dos planos de manejo das propriedades, instrumento essencial para dar início ao processo de certificação de produtos orgânicos.

Palavras-chave: Agricultura. Produção Orgânica. Agroecologia.

Abstract

The present study is based on an initiative conducted during an internship at the Cooperative of Organic and Biodynamic Producers of Chapada Diamantina (COOPERBIO) and the Sementes da Chapada Participatory Organic Certification Pre-Nucleus, accredited by the Agroecological Network Povos da Mata. The internship program enabled the trainee to gain experience in a social organization engaged in primary plant production of food, according to agroecological principles. The objective of this proposal was to analyze the aspects necessary for the transition of production environments in compliance with the requirements of Law 10.831/03 (Brazil, 2003), as well as its normative instructions, which regulate organic production in Brazil. To this end, the study included on-site visits, analysis of practices, interviews, and the completion of the Peer Visit Guide, the data from which were analyzed, synthesized, and discussed. The synthesis of this information enabled the development of a common management plan, which is essential to start the process of certification of organics.

Keywords: Agriculture. Organic Production. Agroecology.

Introdução

O presente relato trata da análise de uma proposta cujo objetivo foi criar um espaço de aprendizagem que envolvesse reflexão, pesquisa e prática profissional, a partir do contato com organizações sociais que atuam com produção de alimentos em bases agroecológicas e/ou em processo de transição, com ênfase em produtos de origem vegetal e na comercialização, segundo os princípios da economia solidária e a construção social de mercados.

A partir desse escopo, foram definidas as atribuições do discente e estagiário Venâncio Ferreira dos Santos, estudante do curso de Bacharelado em Agroecologia do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT) do *Campus* XVI da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Irecê, Bahia. As propostas de intervenção totalizaram 90 horas de atuação na Cooperativa de Produtores Orgânicos e

Biodinâmicos da Chapada Diamantina (COOPERBIO), entidade que assume a coordenação do Pré Núcleo de Certificação Orgânica Participativa Sementes da Chapada.

O referido Pré Núcleo foi fundado em 10 de setembro de 2023, na sede da Associação Comunitária de Churé, na cidade de Seabra, estado da Bahia. Para tal, foi necessária a parceria com a Rede de Agroecologia Povos da Mata, um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC). Esta rede foi constituída como Sistema Participativo de Garantia (SPG) e organizada como pessoa jurídica, tendo como finalidade regularizar a atuação de agricultores de produtos orgânicos.

Nesses processos, é comum o apadrinhamento e a condução de novos núcleos por meio de um núcleo já constituído, nesse caso, o Núcleo de Certificação Participativa Raízes do Sertão, do Território de Identidade Irecê, que apadrinhou e assumiu a condução inicial do Pré Núcleo Sementes da Chapada, orientando sua formação no Território de Identidade da Chapada Diamantina.

Os membros do Pré Núcleo atendidos pelo estágio são sócios da COOPERBIO, que foi fundada em 19 de fevereiro de 2008, com sede na Estrada da Lagoa da Boa Vista, km 14, também na comunidade de Churé. Atualmente a cooperativa reúne sócios nas cidades de Seabra, Iraquara, Bonito e Abaíra, todas pertencentes ao Território de Identidade Chapada Diamantina. A COOPERBIO tem como objetivo a produção de cafés orgânicos e biodinâmicos especiais, com qualidade superior às commodities comercializadas na região, estratégia está usada para ampliar a oferta de cafés especiais para a crescente demanda mundial.

Como mencionado anteriormente, o Pré Núcleo Sementes da Chapada tem como desafio criar um espaço de reflexão, pesquisa e prática profissional, para possibilitar a formação de recursos humanos a partir do contato e da vivência em organizações sociais que atuam na produção de alimentos em bases agroecológicas. Para enfrentar tal desafio, a obtenção do selo de certificação orgânica é indispensável para a validação dos princípios criados.

Nesse sentido, esta ação teve como objetivo analisar os aspectos necessários para a transição orgânica de base agroecológica dos ambientes produtivos de sócios da COOPERBIO, a fim de contribuir para o atendimento das leis. A partir disso, foi possível a elaboração conjunta dos planos de manejo e do croqui das propriedades, instrumentos essenciais para dar início ao processo de certificação orgânica vinculada à Associação Povos da Mata de Certificação Participativa e à Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Base Agroecológica Raízes do Sertão.

Contextualização da realidade

Caracterização da base produtiva

Os sócios da COOPERBIO possuíam, até dezembro de 2022, a certificação pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD), via sistema de auditoria. Contudo, a certificação se tornou inviável no contexto em que a cooperativa se encontrava, também por apresentar altos custos anuais, tornando onerosa a manutenção pelos agricultores. Diante disso, os sócios abraçaram a oportunidade de migrar para a Certificação Participativa das Conformidades Orgânicas, o que reduziu significativamente os custos.

Para Souza e Tavares (2021), a agricultura orgânica no Brasil caracteriza-se por sua diversificação e manejo integral dos sistemas de produção, onde todas as partes coexistem por meio de processos simbióticos. Nesse sentido, o termo “orgânico” parte da ideia de que a unidade de produção funcione como um organismo vivo, no qual todas as atividades desenvolvidas nos ambientes produtivos sejam parte de processos dinâmicos e homogêneos, interagindo entre si.

A legislação brasileira de certificação de produtos orgânicos determina que para um produto ser rotulado e vendido no Brasil como orgânico é obrigatório que a unidade de produção passe por um dos três mecanismos de garantia da qualidade orgânica, a exemplo da certificação participativa. Esta obrigatoriedade está baseada nos riscos à segurança ao consumidor ou ao meio ambiente. Para isso o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) estabelece o conjunto de regras e requisitos que devem ser cumpridos para cada tipo de produção orgânica: produção primária vegetal, produção primária animal, extrativismo sustentável, processamento de produtos de origem vegetal, processamento

de produtos de origem animal, dentre outros. Portanto, a produção orgânica deve atender toda a regulamentação técnica específica e legislação nacional aplicável (Brasil, 2003).

Diante disso, em reunião com sócios da COOPERBIO foi identificada a necessidade de realizar a transição da certificação por auditoria pelo IBD para a Certificação Orgânica Participativa. Para isso, foi firmada parceria com a Rede de Agroecologia Povos da Mata, atuante em todo o estado da Bahia, e o Núcleo Raízes do Sertão, situado no Território de Identidade Irecê, região semiárida da Chapada Diamantina Setentrional, na Bacia do Rio São Francisco, ambos no intuito de contribuir para a estruturação e funcionamento do Pré Núcleo Sementes da Chapada.

Desse modo, o modelo de certificação participativa, além de ter um custo que se enquadra na realidade financeira dos associados, é um modelo considerado mais adequado para um sistema cooperativista de agricultores familiares por representar a filosofia de vida desses sujeitos (Hirata; Rocha, 2020). Nesse sistema, os próprios produtores realizam as visitas de análise das conformidades, o que é uma oportunidade também para orientações e sugestões coletivas de melhorias de manejo dos ambientes produtivos, se contrapondo ao sistema de certificação por auditoria, que foi apontado pelos agricultores como um sistema meramente punitivo.

Vale ressaltar que a certificação participativa foi criada como um modelo alternativo à certificação por auditoria por seguir uma metodologia de atividades que garante o envolvimento integral dos interessados, sendo este um controle social baseado na participação e na responsabilidade solidária. Assim, mesmo tendo o reconhecimento legal como certificação por terceira parte, os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) se diferenciam de uma certificadora por auditoria pelos seus princípios, confiança, participação, horizontalidade, transparência, diálogo de saberes e equidade de gênero e geração. Como expresso na Carta de Princípios do Foro Brasileiro de SPG: “Os SPG, além de um sistema de garantia, é também um instrumento que contribui para a construção de uma agricultura ecológica democrática, inclusiva e acessível a todos os produtores e consumidores” (Hirata; Rocha, 2020).

Sobre os princípios dos SPG, Hirata e Rocha (2020) definem como sua base a confiança, em que agricultores, técnicos e consumidores desenvolvem suas ações de forma responsável e verdadeira, com o objetivo de aprimorar a agroecologia. Todos, devidamente conscientes e capacitados, possuem as condições necessárias para atestar e melhorar a qualidade dos produtos ecológicos. Ou seja, abre-se espaço para uma participação mútua na qual princípios e normas são colocados em prática e verificados pelos agricultores e suas organizações. Ainda, é válido citar a relevância da descentralização, que permite respeitar e priorizar as iniciativas e organizações locais, por meio da valorização de suas particularidades e capacidade própria de assumir as principais atribuições e responsabilidades na certificação e garantia da qualidade.

Em relação à organização, é necessário que os SPG possuam ligação com a base, ou seja, com os grupos e associações de agricultores e com as organizações dos consumidores, culminando na formação da rede. A estrutura desse sistema se constitui sem hierarquias, respeita as iniciativas regionais e busca estabelecer conexões entre elas. Nesse sentido, os processos de verificação da produção familiar precisam se adequar à realidade e às características do empreendimento, pois os métodos de avaliação devem seguir os princípios do trabalho associativo por meio do desenvolvimento de um processo realizado pelas pessoas e organizações próximas à realidade local, que melhor conhecem a situação e podem assim contribuir para as mudanças necessárias (Hirata; Rocha, 2020).

Nesse cenário, destaca-se a Rede de Agroecologia Povos da Mata, um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) que é a parte do SPG organizada como pessoa jurídica e tem a finalidade de regular a certificação dos produtores orgânicos; coordenar os procedimentos de avaliação da conformidade; regular o funcionamento do sistema no cumprimento das normas de produção e comercialização dos produtos agrícolas e agro industrializados; e funcionar como uma agência certificadora sob o controle social. Em resumo, o OPAC é uma ferramenta de avaliação da conformidade orgânica de propriedades e agricultores que, ao ser concedida, permite a venda de produtos com o Selo “Brasil Orgânico”, por ser credenciada ao MAPA (Povos da Mata, 2017).

Em relação ao histórico de fundação e objetivos centrais do OPAC Povos da Mata, Hirata e Rocha (2020), definem:

> A Rede Povos da Mata, outro SPG do Nordeste que foi credenciado em 2016 com sede no Sul da Bahia, tem sua origem na longa trajetória do trabalho das ONGs nas comunidades rurais somada à chegada de um casal de agricultores da Ecovida que tiveram a experiência na constituição do SPG Brota Cerrado em Minas Gerais. Credenciada em 2016, a Rede Povos da Mata vem se destacando pela sua organização em rede que envolve diferentes atores entre ONGs, movimentos sociais, comunidades tradicionais, assentamentos e entidades governamentais. Cacau, hortaliças, frutas e processados de origem vegetal são os alimentos certificados pelo OPAC. Em relação a mercado, o SPG Povos da Mata tem possibilitado a abertura de várias frentes de comercialização, como feiras livres, CSA, entregas de Cestas, construção conjunta de edital de chamada pública da Prefeitura de Ilhéus para produtos orgânicos e o projeto circuitos agroecológicos que cria rotas de circulação dos produtos orgânicos abrindo canais de comercialização em vários estados (p. 25).

Com isso, são atribuições do OPAC Povos da Mata frente ao Pré Núcleo Sementes da Chapada ser o representante legal do Sistema Participativo de Garantia (SPG); assumir a responsabilidade legal pela avaliação da conformidade orgânica, de acordo com a Lei Brasileira de Produção Orgânica (Brasil, 2003); possuir obrigatoriamente uma comissão de avaliação e um conselho de recursos formados por representantes dos membros do SPG; emitir documentos relativos ao funcionamento do SPG; organizar e guardar os registros e documentos relativos à avaliação de conformidade; apontar as não conformidades e sugerir ações preventivas e corretivas necessárias aos fornecedores; possuir regimento interno que mostre a sua organização, o funcionamento participativo e como se responsabilizar pelo SPG, entre outras funções (Povos da Mata, 2017).

Desse modo, o Pré Núcleo Sementes da Chapada se constitui como uma extensão da Rede de Agroecologia Povos no Território de Identidade da Chapada Diamantina, com vistas a se estender por todo o território, possibilitando que agricultores certifiquem suas propriedades.

O Pré Núcleo Sementes da Chapada atualmente conta com 28 propriedades com certificação orgânica, inicialmente, para o escopo de produção primária vegetal. A essas propriedades estão vinculados 49 produtores, cujos Cadastros de Pessoa Física (CPF) serão credenciados junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), órgão regulamentador dos produtos orgânicos, pelo qual agricultores atestam o desenvolvimento de manejos orgânicos e se enquadram nas normas de certificação vigentes no Brasil. Para dar sequência ao processo, organizações certificadoras passarão a conduzir visitas regulares nas propriedades a serem certificadas, no intuito de verificar o cumprimento da legislação. Inicialmente, essas visitas acontecerão por meio do Núcleo Raízes do Sertão e, posteriormente, a coordenação do Núcleo Sementes da Chapada terá autonomia para tal.

Área de estudo: Território de Identidade Chapada Diamantina

Para Raffestin (1993) e Saquet (2024), em abordagem ampla, um território é construído a partir da apropriação de um determinado espaço, em seguida transformado historicamente pelas sociedades. Ou seja, um território é produto dos atores sociais a partir de uma realidade inicial, que é o espaço geográfico onde coexistem sujeitos que interagem entre si. Dessa forma, é constituído quando se manifestam todas as espécies de relações de poder ali existentes.

Esse espaço se configura por uma população com grupos sociais relativamente distintos que se relacionam por meio de processos interpessoais e, a partir desses elementos, gera-se a identidade social e cultural que promove o produto das interações – a sociedade – ocasionando o sentimento de pertencimento (MDA, 2010).

Assim, no contexto do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) da Chapada Diamantina (MDA, 2010), a ocupação socioeconômica do território resultou da expansão da pecuária no vale do São Francisco e das descobertas auríferas nas nascentes dos rios de Contas, Paramirim e Itapicuru,

no início do século XVIII, tendo como fator dinamizador o ciclo da mineração, que se estendeu dos séculos XVIII a XIX.

De acordo com o PTDS, o relevo territorial da Chapada Diamantina caracteriza-se por áreas planálticas e serranas, intercaladas por depressões periféricas e interplanálticas. Essa conformação diversa decorre de o espaço ter sido fundo do mar e praia há milhões de anos, desse modo, a água que invadia o continente gradativamente depositou sedimentos na região e a areia formou rochas com veios de diamantes (MDA, 2010).

Com isso, várias "bandeiras" – expedições que tiveram como objetivo a captura de indígenas para o trabalho escravo e a procura por pedras preciosas, como o diamante, e metais preciosos, como ouro e prata – passaram pela Chapada Diamantina, contudo, o povoamento colonizador adveio inicialmente pelo Oeste, com as fazendas de gado do mega-latifundiário sesmeiro Antônio Guedes de Brito (MDA, 2010).

Tempos depois ocorreu o declínio da população diamantífera na chapada, cujos primeiros sinais foram notados entre 1871 e 1872, o que provocou lentamente a dispersão dos garimpeiros, sendo que grande parte dos que não migraram dedicaram-se à plantação de café e de cereais. Posteriormente, com o declínio da produção de ouro e diamante na região, as atividades extrativas minerais foram voltadas para a exploração da barita, chumbo e zinco, embora ainda houvesse a exploração de ouro, diamantes e carbonatos em pequena escala, através dos chamados “faisqueiros”. Com o esgotamento do ciclo da mineração, houve o acarretamento de um longo período de estagnação econômica, o que trouxe como consequência a migração da população para outras regiões daquele estado (MDA, 2010).

O Território de Identidade da Chapada Diamantina está localizado na região Nordeste, no centro do estado da Bahia, possui uma extensão territorial de 32.664km^2 e ocupa 5,7% da extensão geográfica do estado (SEI, 2023).

O referido território compreende 24 municípios (Figura 1), entre eles, Seabra, com 46.160 habitantes; Morro do Chapéu, com 33.594 habitantes; Barra da Estiva, com 26.026 habitantes; Iraquara, com 23.879 habitantes; Ibicoara, com 20.785 habitantes; Piatã, com 20.086 habitantes; Souto Soares, com 17.058 habitantes; Utinga, com 16.277 habitantes; Bonito, com 15.844 habitantes; Ibitiara, com 14.634 habitantes; Boninal, com 13.622 habitantes; Itaeté, com 13.472 habitantes; Rio de Contas, com 13.184 habitantes; Andaraí, com 13.080 habitantes; Mucugê, com 12.137 habitantes; Novo Horizonte, com 11.162 habitantes; Lençóis, com 10.774 habitantes; Iramaia, com 10.752 habitantes; Palmeiras, com 10.339 habitantes; Wagner, com 9.503 habitantes; Marcionílio Souza, com 9.267 habitantes; Nova Redenção, com 7.538 habitantes; Jussiape, com 7.379 habitantes e Abaíra, com 7.301 habitantes. Em 2010, esses municípios totalizavam 383.853.000 habitantes, desses, 48,4% moram na zona urbana, ou seja, o território possui a maior parte da população – 51,6% habitando a zona rural (SEI, 2023).

Figura 1: Municípios que compõem o Território de Identidade da Chapada Diamantina
Fonte: MDA, 2010.

Esses municípios possuem potenciais sociais, culturais e turísticos, já que este território tem fortes raízes culturais e um acervo ambiental que é referência como espaço de investimento turístico, em nível nacional e internacional. Entre as riquezas naturais e culturais atrativas, podemos destacar cachoeiras, montanhas, rios, monumentos históricos e culturais, como inscrições rupestres. Acrescenta-se práticas agroecológicas em comunidades tradicionais e áreas de assentamentos de reforma agrária, o que vem despertando a atenção e a curiosidade de muitas pessoas que visitam a chapada e abre espaço para o turismo rural (MDA, 2010).

Contudo, as atividades agrícolas são a base econômica predominante. Assim, a Chapada Diamantina, em 2020, era constituída economicamente por meio da distribuição de atividades nos setores (Gráfico 1) agropecuário, 24,9%; da indústria, 12,0% e de comércio e serviços, 63,1% (SEI, 2023).

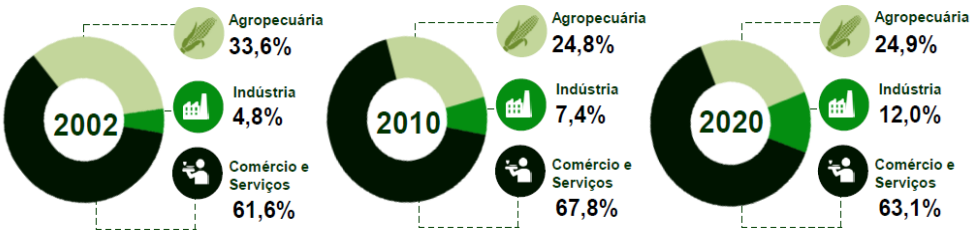


Gráfico 1: Distribuição da atividade econômica por setores
Fonte: Coest / SEI, 2023.

Em relação ao processo de comercialização da produção, o território enxerga no Plano de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) incentivos iniciais de investimentos para a estruturação de uma agricultura familiar moderna e capaz de atender às demandas da população local. O acesso a esses programas contribuirá para a sustentabilidade do investimento e a melhoria técnica das propriedades familiares, garantindo às famílias uma renda pela compra da produção de alimentos pelo poder público. Desse modo, a entrada desses recursos, contribuirá para a dinamização das economias locais, fortalecendo o mercado interno a partir da agricultura familiar e beneficiando a população dessa região (MDA, 2010).

A produção agrícola local é bastante diversificada, predominando quatro setores principais: fruticultura, cafeicultura, hortaliças e alimentos básicos. Em toda a extensão territorial da Chapada Diamantina, os principais produtos comercializados são café, mandioca, cana-de-açúcar, milho, feijão e gado de corte. Além dos produtos agrícolas acima citados, são comercializados produtos processados derivados da cana, do leite, do milho, da mandioca e de frutas, em geral, produzidos nas próprias comunidades rurais. Destaca-se também a produção de cachaça, muito comum nos municípios de Abaíra, Rio de Contas, Iraquara, Lençóis, Ibicoara, e de outros derivados da cana, como rapadura e açúcar mascavo (MDA, 2010).

A produção agropecuária no Território de Identidade da Chapada Diamantina lucrou 2,2 bilhões de reais em 2020, época da produção predominante de itens como a batata inglesa (*Solanum tuberosum*), cuja colheita foi de 393,7 mil toneladas e faturamento de R$ 672,5 milhões, representando 99,9% da produção de batata inglesa da Bahia. A produção de tomate (*Solanum lycopersicum*) teve faturamento de R$ 423,9 milhões, atingindo 144,2 mil toneladas, 55,2% do tomate produzido da Bahia; por fim, a produção de café atingiu um total de 28,0 toneladas, com faturamento de R$ 373,5 milhões, o que representa 13,3% da produção cafeeira do estado (SEI, 2023).

A expansão da colheita de café na região ocorreu por meio de incentivos do Governo Federal, no intuito de desenvolver o produto fora das principais regiões produtoras após um período de incidência de pragas, geadas e baixa produtividade nos cafezais do sul do país, tendo esta crise seu apogeu em finais da década de 1970 (MDA, 2010).

No momento, o Território de Identidade da Chapada Diamantina se apresenta como uma região apropriada para a produção de cafés especiais, em função de sua altitude, relevo, clima, precipitações e temperaturas amenas, o que proporciona condições especiais para a produção de cafés da espécie Arábica e tornou região a maior produtora do estado. Devido às especificidades do solo, o café produzido na região possui características sensoriais organolépticas que o classifica como um dos melhores do Brasil, reconhecido nacional e internacionalmente. Por essa razão, vários produtores já ganharam prêmios de qualidade e sabor. Vale enfatizar, que tais particularidades repercutem nas demais cidades, bem como nas comunidades rurais, por possuir tais características de vegetação, clima, hidrografia e bioma específicos (MDA, 2010).

A região possui altitude entre 500 e 1.300 metros, com exceção para o Pico do Barbado, no município Abaíra, com 2.033 metros. O pico é o ponto mais alto do estado e forma um divisor natural de águas que, por um lado, deságua na bacia do São Francisco e, por outro, na própria região, onde nascem os dois maiores rios baianos: o Rio de Contas e o Rio Paraguaçu. Em função do relevo, o clima exibe características tropicais. As precipitações pluviométricas apresentam variações de 700 a 1000mm anuais, com temperaturas amenas, alcançando no mês de julho, em alguns municípios, a mínima de 16,4° C, como é o caso do município de Piatã (MDA, 2010).

Estas condições, que diferem das normalmente encontradas no Nordeste Brasileiro, proporcionam a existência de vales úmidos. As encostas e os piemontes circundados pela vegetação exuberante favorecem a grande disponibilidade de córregos e riachos, dando à região um atrativo a mais para a exploração turística (MDA, 2010).

A junção dos fatores relevo, flora e recursos hídricos proporcionam uma beleza singular, destacando-se o trecho Lençóis - Andaraí. Outro trecho importante é o do Morro Pai Inácio e as grutas Pratinha e Lapa Doce. Ainda em relação aos destinos turísticos, um dos mais procurados no mundo, destaca-se o Vale do Capão, semelhante a um cânion, com desníveis de até 300 metros nas planícies dos campos gerais. Neste vale está localizada a Cachoeira da Fumaça, um dos maiores pontos de atração turística (MDA, 2010).

Assim, este território se configura pela integração social com recursos naturais e por recursos criados pela ação antrópica: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades. Nesse sentido, a dicotomia geografia *versus* ser humano foi superada ao procurar reconhecer componentes naturais e sociais. Desse modo, os homens têm centralidade nessa formação a partir das relações afetivas, simbólicas, de conflitos e identidades. Esses processos identitários historicamente transformam a realidade por meio das relações (Saquet, 2024).

O que se quer dizer é que um território é produzido por sujeitos através da ação sobre o espaço onde circulam e se comunicam por meio das relações de poder (ações políticas), das atividades produtivas e das representações simbólicas. É o lugar onde acontecem as relações de integração através do sistema territorial. Assim, é resultado das territorialidades efetivadas pelos homens, naquilo que Raffestin (1993) denomina de conjunto de relações do sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo. A territorialidade, dessa forma, significa as relações sociais que produzem historicamente cada território (Saquet, 2024).

A cidade de Seabra, também no Território de Identidade da Chapada Diamantina, apresenta características históricas, geográficas e naturais específicas, de acordo com o portal da transparência do município:

> Trata-se de uma cidade da região da Chapada Diamantina. Seu nome é uma homenagem ao antigo governador da Bahia, J. J. Seabra. A sede do município situava-se no povoado de Campestre, distante seis quilômetros da sede atual, local anteriormente conhecido por Passagem Bonita de Nossa Senhora de Jacobina, fazendo referência às belezas da região na qual os três rios que cortam a cidade (Rio da Prata, Rio Campestre e Rio Cochó) se juntam. Está situada a aproximadamente 930 metros de altitude acima do nível do mar, possuindo um clima úmido a subúmido, destacando-se, portanto, a Serra da Cotreia, um dos pontos

culminantes do município, já que, está a 1.125 metros acima do nível do mar. A temperatura é agradável o ano todo, girando na média de 23 °C, nos meses mais frios chega a 10 °C, considerada uma das mais baixas da região (a máxima já registrada chegou a 33 °C), sendo novembro e janeiro os meses mais chuvosos e os meses de junho e julho os mais frios do ano. A vegetação característica constitui em mata de transição entre a Mata Atlântica, presente na região de Lençóis, e a Caatinga. O município apresenta, ainda, vegetação endêmica por estar localizado em um dos solos de formação mais antiga da Bahia. Seabra está inserida no conjunto da sub-região denominada de "Lavras Diamantinas" com Andaraí, Mucugê, Lençóis e Palmeiras, e apresenta, no seu solo, a formação e a riqueza diamantífera das outras municipalidades, além de quartzitos e metais como ferro, magnésio e barita. Destaca-se por ser considerada a Capital da Chapada Diamantina, já que seu comércio é tido como um dos mais expressivos da região. Seabra possui dois distritos: Jatobá e Várzea do Caldas, e 115 povoados, dos quais podemos destacar: Lagoa da Boa Vista, Velame, Campestre, Alagadiço, Cochó do Malheiro e Vale do Paraíso. A cidade é privilegiada, pois está situada próxima a importantes cruzamentos da rodovia BR-242. Em relação à hidrografia, os rios principais são o rio Cochó, rio Tejuco (limite com o município de Palmeiras), rio da Prata e o rio Dois Riachos e o rio Campestre, além dos riachos Chifre de Boi e Banha Tatu situado no Mocambo. Seabra, chamada pelos seus habitantes de "Cidade das Rosas", está situada no centro geográfico da Bahia (Seabra, Prefeitura Municipal, 2018).

Materiais e Métodos

Tipologia da pesquisa

Trata-se de um estudo um quali-quantitativo, exploratório-descritivo associado a análise documental, entrevistas, além da verificação e observações *in loco*, que culminaram no preenchimento do Roteiro de Visita de Pares, realizado pelos membros que constituem os grupos de certificação, um instrumento de coleta de dados e avaliação das conformidades orgânicas, que condensa todas as observações e informações por meio de metodologia com enfoque participativo, ecossistêmico e temporal (Machado; Nass; Machado, 2011). O roteiro é preenchido a partir de visitas e observações que acontecem nas propriedades, o que atesta a veracidade da certificação.

Para que o método faça sentido, há um segundo mecanismo de análise, o olhar externo, que possibilita a participação e verificação das conformidades por pessoas e organizações não envolvidas diretamente com o processo produtivo. Desse modo, as verificações do Olhar Externo, que acontecem após as visitas dos grupos, devem atestar o cumprimento das conformidades e não conformidades identificadas pelos agricultores a serem certificados. De acordo com Hirata e Rocha (2020), esse conjunto de análises se torna um ponto importante no Sistema Participativo. A transparência, as informações coletadas se tornam dados públicos, ficando disponíveis para além do processo de certificação.

O enfoque metodológico participativo visou empregar observações i*n loco* que estimulassem reflexões coletivas durante as visitas realizadas pelos grupos envolvidos. O objetivo do enfoque ecossistêmico foi observar os ambientes visitados e fazer uma relação sobre o cumprimento ou não das práticas orgânicas e agroecológicas de produção. Sob o enfoque temporal, pretendeu-se fazer referências ao saber ancestral, à preservação de conhecimentos desenvolvidos nos ambientes produtivos presentes e às perspectivas futuras, de modo a criar uma linha temporal da erosão ambiental e cultural; da manutenção da agrobiodiversidade em relação às práticas agrícolas; e do relacionamento e valoração social (Machado; Nass; Machado, 2011).

Machado, Nass, Machado (2011) defendem que nesses aspectos, estimular a participação dos atores sociais nos diferentes estágios da pesquisa alcança resultados com impactos mais relevantes, efetivos e sustentáveis da realidade tratada. A participação dos sujeitos deve assim ocorrer desde a definição dos problemas durante o diagnóstico, permeando a implementação das possíveis soluções, o monitoramento das correções a serem aplicadas e, posteriormente, a avaliação contínua dos resultados dos processos participativos.

De maneira ampla, a abordagem participativa distingue dois tipos de sistemas de conhecimento: os sistemas tradicionais/empíricos (ou locais) e os científicos, que se fundem e se complementam. Em relação a essa conexão entre os saberes e o enfoque participativo da pesquisa, Machado, Nass, Machado (2011) destacam:

> O ponto de contato entre os dois sistemas é a transferência da tecnologia, usando fluxo linear de informação por meio de abordagens participativas, dessa forma, o sistema científico incrementa o sistema de conhecimento local, a partir disso, as comunidades e os atores sociais tornam-se o foco nos processos de desenvolvimento e de pesquisa (p. 33).

Essa tipologia é útil para compreender as interações entre agricultores e técnicos no aprimoramento participativo dos processos. Esses métodos fortalecem a comunidade, as habilidades dos profissionais de ciências e, nesse processo, as tecnologias se combinam de maneira eficaz com os saberes dos agricultores. Essa abordagem aplicada possibilitou enquadrar a pesquisa na perspectiva da produção orgânica e agroecológica de agricultores familiares, que possuem particularidades específicas e exigem uma metodologia adaptável para cada caso. Com isso, na área de manejo de agrobiodiversidade há desafios que não podem ser fundamentados pelos tipos mais formais de pesquisa, em que os profissionais projetam previamente e desenvolvem a metodologia, sendo os únicos responsáveis pela pesquisa. Além disso, é preciso construir a partir da realidade dos sujeitos ao invés de construir para os mesmos (Machado; Nass; Machado, 2011).

Vale ressaltar que todo processo participativo exige o envolvimento direto dos sujeitos durante a ação e, nesse sentido, o modelo participativo de certificação busca realizar em conjunto uma conversão dos ambientes e dos atores sociais. Sobre esse aspecto, Machado, Nass, Machado (2011) discutem sobre o resultado principal no processo participativo:

> Participação não se trata somente de aplicar ferramentas participativas, mas está associada a uma mudança na atitude que é verdadeiramente participativa. Com isso, processos participativos não redundarão somente em soluções técnicas; o fator de aprendizado social – capacidades dos agricultores, das comunidades e (ou) dos atores sociais em resolver problemas comuns – tornasse o resultado principal (p. 33).

Entende-se assim que as metodologias participativas são inovações que inspiram a criação de ambientes de aprendizado e de ação que irão possibilitar abordagens de impacto orientado à emancipação pessoal e social e ao desenvolvimento comunitário (Machado; Nass; Machado, 2011).

Coleta de dados: base documental das instituições

Essa etapa foi essencial para entender os princípios exigidos pelas organizações envolvidas no processo de certificação, o que garantiu que as ações fossem executadas de acordo com os requisitos mínimos estabelecidos pala COOPERBIO e pela Rede de Agroecologia Povos da Mata. Entre os aspectos analisados estão o cumprimento da legislação brasileira de produção orgânica no escopo de produção primária vegetal, além dos princípios da agroecologia pautados pelas instituições.

De início, foi necessária uma análise da Lei nº 10.831/03 (Brasil, 2003), que em seu Artigo 1º define sistema orgânico de produção:

> Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível,

> métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (Brasil, 2003, p.1).

Essa lei regulamenta por meio de suas instruções normativas a certificação orgânica, pleiteada pela cooperativa para a comercialização de uma variedade de produtos sob o selo "Produto Orgânico Brasil", o que atesta a veracidade da procedência dos itens. Sobre o referido selo, a Instrução Normativa nº 50 de 2014 (Brasil, 2014), em seu Artigo 1º define:

> O selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica somente poderá ser utilizado nos produtos orgânicos certificados, oriundos de unidades de produção controladas por organismos de avaliação da conformidade credenciados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Brasil, 2009, p. 1).

Nesse sentido, as certificadoras devem lançar mão de mecanismos de controle que garantam que os ambientes produtivos atendam às exigências legais para a certificação. Como exemplo, o Art. 41 da Instrução Normativa nº 19/09 (Brasil, 2009) determina que cada unidade de produção tenha um mecanismo de controle nos padrões do Caderno de Campo, onde são descritas ações como controle de compra e aplicação de insumos externos, dados de plantio, colheita e comercialização de produtos para rastrear e obter informações para realização de verificações sobre produção, armazenamento e processamento, quando necessário. A manutenção de registros atualizados irá proporcionar a manutenção da qualidade de produção orgânica nestes espaços.

Para a aplicação das ações no estágio, foram necessárias análises do Regimento Interno (Associação Povos da Mata de Certificação Participativa, 2015) do Organismo Participativo de Avaliação das Conformidades (OPAC) Povos da Mata de Certificação Participativa que também regulamenta a Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Base Agroecológica Raízes do Sertão, para que essas ações fossem planejadas de acordo com as normas de certificação das entidades. As verificações se estenderam ao Estatuto (Associação Povos da Mata de Certificação Participativa, 2018) e Manual de Procedimentos (Associação Povos da Mata de Certificação Participativa, 2015), que têm como objetivo orientar e normatizar o funcionamento da instituição.

A verificação se desdobrou com o Estatuto da COOPERBIO (Cooperativa de Produtores Orgânicos e Biodinâmicos da Chapada Diamantina, 2020) para observar os pontos em comum que poderiam ser mantidos nos processos e documentação exigidos pela certificação. Essas análises foram essenciais para que as ações fossem executadas de acordo com as normas da entidade certificadora e das entidades parceiras com base nos princípios Lei 10.831/03 (Brasil, 2003) que dispõe sobre a agricultura orgânica no Brasil.

A organização e desenvolvimento do estágio

Inicialmente, durante o planejamento das ações, foi realizada uma reunião virtual (Fig. 2) via aplicativo Google Meet entre o estagiário e as senhoras Eurly Pinto e Maria Aparecida e os senhores Laercio Anjos e Isaque Rodrigues, membros da coordenação dos grupos do Pré Núcleo Sementes da Chapada. Na oportunidade foi apresentada a proposta do estágio e as ações a serem realizadas, bem como a importância que eles teriam em mobilizar os grupos e agendar com os demais membros o momento adequado às suas necessidades.

As atividades ainda consistiram em aplicação de entrevistas informais semiestruturadas individuais e/ou em grupo por meio de um formulário do Google. A entrevista continha 10 questões abertas e fechadas, aplicadas aos 43 sócios da COOPERBIO com o objetivo de identificar dados como o percentual de propriedades que utilizaram defensivos químicos nos últimos 3 anos e o percentual das que

na época que adotavam ou pretendem iniciar a transição para o manejo orgânico no processo da certificação.

Figura 2. Reunião de alinhamento de ações do estágio com a coordenação dos grupos do Pré Núcleo. **Figura 3.** Dia de campo na propriedade de um dos membros do Grupo Seriema da Serra.
Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Após isso, foi dado início à prática, para o cumprimento dos objetivos do estágio, executada no decorrer das ações de parceria entre o curso de Bacharelado em Agroecologia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XVI, a COOPERBIO e o Pré Núcleo Sementes da Chapada, em acordo firmado também com a Rede de Agroecologia Povos da Mata, e o Núcleo Raízes do Sertão.

As ações foram desenvolvidas nos meses de novembro e dezembro de 2024, nas comunidades de Lagoa da Boa Vista, Churé, Riacho das Palmeiras, Prata de Baixo, Mocambo e Campestre, pertencentes ao município Seabra-BA. Essas comunidades possuem sua base econômica nas atividades agrícolas, principalmente a cultura do café, sendo também uma região relevante em seus potenciais sociais, turísticos e culturais.

A proposta contou com a realização de vários Dias de Campo (Fig. 3) com atividades de capacitação de agricultores em cultivo orgânico de produção primária vegetal, orientando-os sobre as adequações necessárias para atender às normas de certificação orgânica das propriedades que compõem o referido Pré Núcleo.

O Dia de Campo é um método que segundo Silva, Silva (2013) possibilita a demonstração prática de experiências, promovendo troca de conhecimento e motivação, e a adoção de novas tecnologias e práticas agrícolas sustentáveis. Sobre a escolha do método, as autoras descrevem:

> A opção por este método deverá ser feita quando se deseja mostrar a várias pessoas em um único dia, uma ou mais práticas e ou tecnologias referentes a um tema, em determinada unidade familiar ou estação experimental, onde estão sendo obtidos bons resultados e que merecem ser conhecidos, possibilitando aos participantes a observação, discussão e análise das questões tecnológicas, econômicas, sociais e ambientais passíveis de implementação (Silva; Silva, 2013, p. 12).

A proposta foi iniciada com a realização de uma dinâmica por meio da canção “Coração Sertanejo”, interpretada por Chitãozinho e Chororó, momento em que os presentes ouviram e destacaram palavras ou frases que mais marcaram o momento. O objetivo foi conectar por meio da música os membros de cada grupo com o local de produção visitado, o que motivou a ação do dia, ao reestabelecer o vínculo de pertencimento ancestral à produção e ao espaço rural.

Em seguida, houve uma explanação sobre o Caderno de Campo, bem como a importância de seu preenchimento integral, que inclui: ficha de controle de compra de insumos; controle de aplicação de insumos (caldas); controle de colheita e comercialização; ficha de controle de plantio.

Por fim, ocorreram as visitas de verificação nas propriedades, com foco nos princípios agroecológicos e na educação do campo, para oferecer autonomia aos sujeitos na análise dos processos

realizados nesses espaços. Essas observações são pontos fundamentais para a certificação de propriedades, e quando identificadas irregularidades ou potencialidades, essas foram registradas em diários de bordo e fotografias durante a inspeção.

Nessa etapa, foram percorridas todas as extremidades da propriedade, a fim de verificar os locais onde as enxurradas passam, onde os equipamentos de trabalho são guardados, onde ficam as caldas e biofertilizantes (e como são preparadas), onde as sementes são estocadas, onde os alimentos são processados. Além disso, foram verificadas a existência de composteiras, a venda de produtos minimamente processados, as instalações dos animais de estimação, entre outros pontos considerados relevantes. Estas são questões cruciais que podem trazer incertezas em relação à contaminação da produção por insumos externos proibidos.

As verificações por meio de visitas de pares se estenderam às propriedades de um membro de cada um dos grupos com a presença de seus demais membros. Na ocasião, foram realizadas orientações em relação às visitas que ainda acontecerão nas demais propriedades, além de identificação dos pontos a serem corrigidos para que o ambiente se enquadre nas normas orgânicas estabelecidas pela Lei 10.831/03 (Brasil, 2003).

As primeiras visitas de pares (Fig. 4) para fins de desenvolvimento de ações práticas foram indispensáveis para o estabelecimento da Certificação Participativa das Conformidades Orgânicas do Pré Núcleo Sementes da Chapada Diamantina. Nessas visitas, houve um acompanhamento técnico de não conformidades orgânicas nas propriedades de membros dos grupos Vida Nova, Seriema da Serra, Terra Mãe e Barroca.

Vale destacar alguns pontos cruciais a serem solucionados pelos agricultores como coleta apropriada de lixo despejado na propriedade, desvio de enxurradas provenientes de propriedades convencionais vizinhas que podem contaminar a produção, implantação de barreiras fitossanitárias para evitar contaminação por insumos químicos utilizados em propriedades vizinhas, substituição de sacarias de produtos transgênicos antes utilizados para armazenagem de cafés por sacarias virgens, entre outros pontos de menor gravidade. Essas foram as principais observações para a adequação do ambiente às normas orgânicas estabelecidas pela Lei 10.831/03 (Brasil, 2003).

Aplicação do Roteiro de Visita de Pares, diagnóstico e elaboração de croqui: instrumentos da certificação orgânica participativa

Ao final das visitas às propriedades (Fig. 5), foram percorridas propriedades individuais e, quando identificadas irregularidades ou potencialidades, essas foram registradas por meio de fotografias ou anotações que possibilitaram o preenchimento do Roteiro de Visitas de Pares.

Figura 4. Visita de pares na propriedade de um membro do Grupo Seriema da Serra. **Figura 5.** Visita às extremidades da lavoura de uma produtora do Grupo Terra Mãe.
Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

O Roteiro de Visitas de Verificação da Conformidade Orgânica do Escopo Produção Primária Vegetal (Fig. 6) é um instrumento de avaliação das conformidades orgânicas para validação da certificação e é utilizado para direcionar as ações e alterações necessárias nos ambientes produtivos. O roteiro conta com as anotações das questões mais relevantes, registradas a partir de observações positivas, bem como as de não conformidade orgânica. A partir disso, foram definidos prazos para a correção dos problemas.

Figura 6. Preenchimento do Roteiro de Visita de Verificação das Conformidades Orgânicas em visita à propriedade da agricultora Ivanete - Grupo Vida Nova.
Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

O diagnóstico teve como finalidade conhecer ambientes, pessoas, suas necessidades e demandas, por meio de uma reunião de informações complementares, para que as ações fossem mais efetivas e embasadas nas aptidões reais dos agricultores e nas demandas de suas áreas (Machado; Nass; Machado, 2011).

Posteriormente, foi elaborado, com os agricultores e suas famílias, um croqui das respectivas propriedades, onde espaços ocupados por atividades específicas foram apontados em detalhes – sede, poço artesiano, roçado, horta, quintal, pomar, criação animal e área de reserva (Machado; Nass; Machado, 2011). Essas observações são fundamentais para certificar a propriedade.

Ao final, foi lavrada uma ata de cada grupo apontando as questões mais relevantes, além do parecer final sobre a situação vigente da propriedade, se apta a ser certificada sob o escopo de Produção Primária Vegetal, a partir das constatações observadas. Em seguida, a ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes.

Sistematização e análise de dados

Após a coleta das informações por meio das observações *in loco* e entrevistas, estas foram analisadas e sistematizadas por meio do próprio formulário do Google, gerando gráficos da situação identificada nas propriedades que atendem as normas de produção orgânica. Esses processos participativos da pesquisa possibilitaram descentralizá-la e obter informações para a elaboração de um relatório fidedigno (Machado; Nass; Machado, 2011).

Devolução dos resultados à comunidade

A partir do relatório foi feita uma apresentação dos resultados nas comunidades. Nesse momento, eventuais distorções das informações coletadas foram corrigidas para elaboração do relatório definitivo.

Em suma, a metodologia das ações foi pensada com base na Extensão Rural Agroecológica que é definida como:

> Um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização

> de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo (Caporal *et al.,* 2009, p. 203).

Frente a isso, foram necessárias análise e reflexão em rodas de conversas e capacitação dos sujeitos para o desenvolvimento de pensamento crítico e consciente e o engajamento por meio da organização política e social com foco na promoção da agroecologia, levando em conta critérios de sustentabilidade e produção orgânica para colaborar efetivamente na questão da segurança alimentar das famílias e das comunidades de pequenos agricultores, o que em médio prazo, pode levar a conquista da soberania alimentar (Machado; Nass; Machado, 2011).

Resultados e Discussão

O estágio desenvolvido contribuiu para a Certificação Participativa das Conformidades Orgânicas do Pré Núcleo Sementes da Chapada Diamantina, possibilitando o acompanhamento técnico na transição dos ambientes produtivos para atender as exigências da Lei 10.831/03 (Brasil, 2003), bem como as instruções normativas que têm como objetivo estabelecer diretrizes, normas e procedimentos a serem seguidos de acordo com a referida lei.

Em geral, observou-se que tais ações possibilitaram melhor compreensão da realidade das famílias envolvidas por meio do conhecimento das especificidades de cada agroecossistema e do estabelecimento de estratégias de execução de uma transição agroecológica compatível com a realidade e as limitações dos sujeitos envolvidos no processo (Caporal *et al*., 2009).

Em consenso com essa proposta, Machado, Nass, Machado (2011) declaram que "quando se aceita o conhecimento local para enfrentar problemas locais, os processos de intervenção de desenvolvimento e pesquisa podem se tornar mais efetivos", já que "isso pode aumentar o domínio do grupo alvo sobre os processos de pesquisa e desenvolvimento, contribuindo para a sustentabilidade das atividades e resultando em impacto maior".

Dentre as estratégias de visitas e ações do estágio destacaram-se o estabelecimento de uma agenda adequada à disponibilidade dos agricultores e aos dias dedicados ao manejo nas propriedades, de preenchimento do formulário associado ao Roteiro de Visitas de Pares, no qual os produtores foram orientados devidamente, de elaboração conjunta de documentos necessários para certificação, como o plano de manejo e o croqui da propriedade, sanando as limitações de cada um. Essas ações possibilitaram administrar a burocracia, solucionando os entraves identificados com os próprios agricultores.

Percebe-se que o trabalho desenvolvido pelo estagiário e, até então, agente de extensão rural, impactou positivamente no cumprimento das atribuições. Isto é compatível com a busca de resultados a médio e longo prazo para atender às demandas, seguindo o prazo de execução das ações e a disponibilidade dos agricultores (Caporal *et al.,* 2009).

A proposta de estágio ainda atendeu a Instrução Normativa nº 46/2011 (Brasil, 2011) que em seu Art. 1º estabelece o regulamento técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção, bem como as listas de substâncias e práticas permitidas para uso neste sistema. Também foram feitas orientações com base na Instrução Normativa nº 50/2009 (Brasil, 2009), que um seu parágrafo único dispõe sobre o uso do selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica.

Nesse aspecto, a Rede de Agroecologia Povos da Mata apresenta instruções fundamentais para o processo de certificação a partir de estudos sobre as propriedades de membros da rede, além de oferecer capacitação adequada para o manejo dos ambientes produtivos orgânicos. É importante ainda ressaltar que a rede possui também foco na produção de base agroecológica. "A agroecologia, é então apontada como resultado da aplicação de princípios integradores que resgatam o saber campesino e aplicam os conceitos da ciência moderna compatíveis com o ambiente" (Machado; Nass; Machado, 2011). Assim, é

fundamental que o processo de transição se atente para os princípios da agroecologia, que Caporal e Costabeber (2001) definem:

> A agroecologia deve ser entendida como a ciência ou disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, avaliar e desenhar agroecossistemas sustentáveis, com o propósito de permitir a implantação de estilos de agricultura e de desenvolvimento rural com maiores níveis de sustentabilidade no curto, médio e longo prazos. [...] Assim entendida, a Agroecologia proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição a estilos de agricultura Sustentável nas suas diversas manifestações e/ou denominações[...]. A Agroecologia aporta elementos para o manejo ecológico dos recursos naturais e para apoiar processos de ação social coletiva, de caráter participativo [...], mediante um controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade. Em tal estratégia, joga um papel central a dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, por meio da articulação do saber local com o conhecimento científico, permite a implementação de agriculturas alternativas potencializadoras da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural (p. 101).

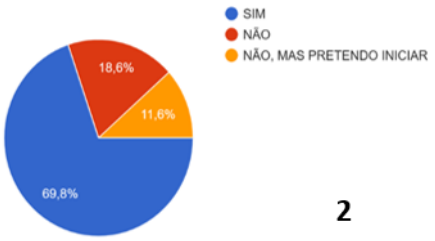
Vale aqui ressaltar as relações e contradições entre os conceitos de agricultura orgânica e agroecológica em sociedades com especificidades. Sobre esse aspecto, Souza e Tavares (2021) definem:

> É essencial não só definirmos, mas também resgatarmos as aproximações entre o que conceituamos como agricultura orgânica e agroecologia. Enquanto a agricultura orgânica tem sido conceituada a partir da base técnica natural, que substitui o pacote tecnológico da agricultura convencional, a agroecologia fortalece tais elementos na transição para uma agricultura mais sustentável, mas ao mesmo tempo situa um processo de transição política na forma como tratamos a questão da agricultura. Ou seja, mudamos as relações de poder consolidadas em determinados territórios, garantindo autonomia a camponeses na construção de seus meios de sobrevivência (p.47).

Souza e Tavares (2021) ressaltam que é importante entendermos a agricultura orgânica como um "contraponto técnico e político em uma oposição à agricultura convencional, atualmente sustentada pelo pacote tecnológico do agronegócio". As autoras destacam:

> Técnico porque nos permite desenvolver a agricultura a partir do estabelecimento de uma relação mais equilibrada na natureza e político porque possibilita a construção de relações mais justas entre os diferentes sujeitos envolvidos na agricultura, assim como com os consumidores (Souza; Tavares, 2021, p. 49).

Observa-se que mudanças nas relações de poder consolidadas em determinados territórios podem garantir autonomia a camponeses na construção de seus meios de sobrevivência (Dias *et al*., 2021). Assim, é importante ressaltar que grande parte dos agricultores já desenvolvem o manejo orgânico em suas propriedades sem utilização de defensivos químicos nos últimos três anos (Gráficos 2 e 3).



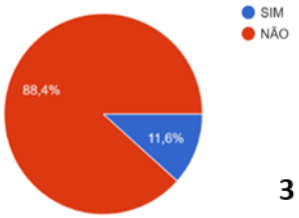


Gráfico 2: Percentual de propriedades que adotam ou vão iniciar a transição para o manejo orgânico. **Gráfico 3:** Percentual de propriedades que utilizaram defensivos químicos nos últimos três anos.
Fonte: Autor, 2023.

De acordo com os gráficos, 81,4% dos agricultores indicaram habilidades no manejo de orgânicos ou que iniciarão o aprendizado imediatamente, por isso, é necessário que se inicie o período de transição orgânica para realizarem as adequações necessárias. Para garantir a certificação, o período de transição será variável conforme o tipo de exploração e a utilização anterior da unidade de produção, considerando a situação ecológica e social atual (Brasil, 2011).

Nesses casos, nos ambientes produtivos onde não se utilizam insumos químicos, o período de transição para a certificação orgânica é de seis meses, em contraponto, as propriedades até então convencionais possuem um período de dezoito meses para estarem aptas a receber o selo orgânico, que atesta o atendimento às conformidades orgânicas. O período de conversão é necessário para assegurar que as unidades produtivas estejam aptas em conformidade com os regulamentos técnicos da produção orgânica, o que inclui a capacitação dos agricultores. Isso irá garantir a implantação de um sistema de manejo orgânico por meio da "manutenção ou construção ecológica da vida e da fertilidade do solo; do estabelecimento do equilíbrio do agroecossistema; e da preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e modificados" (Brasil, 2011).

Sobre o manejo agrícola orgânico, Souza e Tavares (2021) expressam:

> Agricultura orgânica é um sistema de gestão de produção único que promove e melhora a saúde do agroecossistema, incluindo a biodiversidade, ciclos biológicos e atividade biológica do solo, e isso é feito usando métodos agrícolas, biológicos e mecânicos em exclusão de todos os insumos sintéticos fora da agricultura (p. 47).

Atento a esses requisitos, o Dia de Campo com a visita de pares em cada propriedade possibilitou as seguintes verificações:

- Percurso das enxurradas e se há risco de contaminação da produção por meio do carreamento de insumos químicos proibidos de propriedades vizinhas convencionais. Nesses casos, é indicado o estabelecimento de um prazo para o desvio do fluxo de água;
- Estocagem de equipamento de trabalho em ambientes adequados e organizados. O equipamento precisa estar em local livre de qualquer contaminação por insumos proibidos, pois não é permitida a utilização de tais ferramentas com as utilizadas em lavouras convencionais;
- Local e preparo de caldas e biofertilizantes, conferência dos ingredientes utilizados e da certificação orgânica dos insumos comprados para compor os fertilizantes;
- Estocagem de sementes e planejamento para a produção das próprias sementes orgânicas;
- Existência de composteiras e verificação das fontes de matéria prima, considerando a utilização de insumos não contaminados, dando preferência aos produzidos dentro da própria propriedade;
- Local de processamento de alimentos e venda de produtos minimamente processados;
- Instalações dos animais de estimação, observando sempre se há sombra, espaço adequado, meios de vermifugação e origem de seus alimentos. É fundamental observar o bem-estar animal quando o proprietário possui animais domésticos;

• Consulta sobre a compra de animais, observação dos prazos estabelecidos em lei para a transição agroecológica e meios para esse controle.

Durante as visitas, foi possível observar o desenvolvimento de manejos sustentáveis de produção com o intuito de aprimorar a qualidade dos alimentos produzidos, como a utilização de biofertilizantes (Fig. 7) em substituição aos insumos químicos proibidos pela legislação de produção orgânica.

Figura 7. Senhora membro do grupo Barroca - promovendo a aeração da biofertilizante utilizada na fertilização dos cultivos.
Figura 8. Cultivo consorciado entre milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), maxixe (*Cucumis anguria L.*) na propriedade de uma participante do Grupo Vida Nova.
Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Em relação aos biofertilizantes, a Instrução Normativa Nº 46/2011 (Brasil, 2011) define:

> Um produto que contém componentes ativos ou agentes biológicos, capaz de atuar, direta ou indiretamente, sobre o todo ou parte das plantas cultivadas, melhorando o desempenho do sistema de produção e que seja isento de substâncias proibidas pela regulamentação de orgânicos (p.1).

Ainda foram identificados cultivos consorciados e diversificados (Fig. 8) que garantem a autonomia para produzir e alimentar as próprias famílias de maneira limpa, segura e diversificada, bem como a comercialização de produtos excedentes a preço justo e acessível, o que possibilita acesso à nutrição das populações em situação de fome, miséria e insegurança alimentar.

Para garantir o sustento dessas famílias, é preciso intensificar as políticas de manutenção de diversidade produtiva, pois as perdas no banco genético de plantas e animais ocasionam uma redução da variabilidade, o que diminui a diversidade produtiva agrícola e torna mais vulnerável o abastecimento alimentar. Nesse sentido, "A diversificação produtiva constitui alternativa primordial para a sustentabilidade dos sistemas agrícolas, constituindo uma das premissas básicas da produção agroecológica" (Machado; Nass; Machado, 2011, p. 172).

Machado, Nass, Machado (2011) definem os aspectos que podem ser alcançados a médio e longo prazo por meio de uma agricultura diversificada:

> A agricultura baseada na diversificação é capaz de gerar rendimentos satisfatórios no médio e longo prazo, mediante o uso de estratégias de manejo que integrem todos os componentes da unidade produtiva (cultivos, animais, vegetação natural) para melhorar a eficiência biológica do sistema. Assim, a capacidade produtiva do agroecossistema é mantida ao mesmo tempo em que a biodiversidade é conservada e que são geradas condições favoráveis à autorregulação do sistema (p. 172).

Com isso, as famílias ressignificam o manejo agrícola, ao valorizar o meio ambiente e a produção de alimentos condignos ao ser humano. Por meio da manutenção da sustentabilidade e do resgate da cultura produtiva de cada comunidade, esses métodos vêm devolvendo potencialidade à agricultura, força que se perdeu ao longo do processo agroindustrial, direcionado à monocultura convencional.

Vale ressaltar que apesar da certificação aqui discutida seguir as normas do manejo orgânico da Rede de Agroecologia Povos da Mata, a qual o Pré Núcleo está vinculado, é fundamental que os ambientes produtivos, as pessoas envolvidas na produção, as comunidades e os consumidores se encaminhem a uma transição agroecológica integral, na busca por um novo projeto de sociedade de base contra a hegemônica (Povos da Mata, 2017).

Ainda em relação às visitas de pares, os membros dos grupos identificaram alguns pontos a serem corrigidos, a exemplo da exposição do solo (Fig. 9), o que pode ocasionar o aumento da temperatura no local, provocando a morte dos microrganismos benéficos – fungos e bactérias – que realizam o processo de mineralização da matéria orgânica e disponibilizam nutrientes fundamentais para o desenvolvimento produtivo das cultivares para melhoria da fertilidade do solo. A cobertura vegetal ainda atua como uma camada protetora que minimiza o impacto da chuva, a velocidade do escoamento superficial e a ação dos raios solares, reduzindo a desagregação das partículas do solo. Nesse aspecto a finalidade da cobertura é preservar áreas expostas, minimizando e estabilizando processos erosivos, garantindo a estabilidade das estruturas instaladas e sua integração na paisagem natural (Carvalho, 2016). Assim, duas funções são essenciais para o equilíbrio do agroecossistema e sanidade do solo: “a diversidade dos micro-organismos, plantas e animais e a ciclagem biológica de nutrientes da matéria orgânica” (Machado; Nass; Machado, 2011, p. 173).

Figura 9. Identificação de solo exposto em local em preparação para plantio na propriedade de uma produtora do Grupo Barroca.
Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Em relação às não conformidades, foi identificada a presença de lixo despejado nas propriedades, ao qual foi dado o prazo de uma semana para corrigir a situação e realizar o recolhimento e direcionamento dos resíduos para coleta municipal. Também foi identificada a ausência de barreiras fitossanitárias nas propriedades que serão certificadas e nas propriedades vizinhas convencionais, ao qual foi dado o prazo 5 meses para a devida adequação a contar da data da visita. O objetivo é sanar as intercorrências até o mês de fevereiro de 2024, na segunda visita de pares.

A participação popular nesse processo envolve tomadas de decisão e os pares verificam os ambientes em conformidade com a legislação de produção orgânica, o que é compartilhado com os que legitimam as observações e as documentam por meio da elaboração da ata de verificação (Machado; Nass; Machado, 2011).

As visitas também se basearam na avaliação de algumas concepções históricas, a exemplo da previamente citada necessidade do uso do fogo para limpeza de áreas. Por isso, os agricultores foram incentivados a refletir e avaliar esta e outras ações ancestrais proibidas no Sistema Participativo, como determinado no estatuto da Rede de Agroecologia Povos da Mata.

Contudo, algumas ações positivas já foram experimentadas e constituem, assim, um conjunto de saberes adquiridos pelos sujeitos atendidos no decorrer do trabalho do estágio. As práticas compreendem o uso alternativo de insumos orgânicos produzidos na própria propriedade, como esterco de ruminantes, e a elaboração de biocaldas orgânicas que para a nutrição integral das cultivares; o manejo das plantas companheiras por meio da roçagem, que proporcionam cobertura, proteção e nutrição do solo, ao invés da utilização de venenos que destroem tais vegetais. Essas são algumas soluções já contempladas e que precisam ser preservadas, são técnicas ancestrais que projetam soluções para problemas atuais na busca da sustentabilidade agrícola, assim definidas por Machado, Nass, Machado (2011):

> Se o objetivo é transitar em direção à sustentabilidade da agricultura, é necessário que o sistema cumpra com os seguintes propósitos: (a) produção diversificada, estável e eficiente; (b) segurança e autossuficiência alimentar; (c) uso de práticas agroecológicas ou tradicionais de manejo; (d) preservação do conhecimento local; (e) gestão da unidade produtiva com base no aproveitamento dos recursos; (f) processos participativos de gestão da unidade produtiva; e (g) conservação e regeneração dos recursos naturais (p. 172).

A partir dos aspectos antes mencionados, os agricultores poderão assumir a função de agentes que manterão viva a riqueza cultural desses povos por meio da manutenção de conhecimentos e costumes de produção limpa e sustentável. Assim, eles serão capazes de preservar sua história e manter a identidade do cultivo desses ambientes, bem como manter saudáveis as relações sociais, culturais, de trabalho, políticas e ambientais de seus ancestrais e para seus descendentes.

Considerações finais

O propósito da constituição do Pré Núcleo Sementes da Chapada de Avaliação das Conformidades Orgânicas foi reunir produtores e disseminar práticas orgânicas para a produção de vegetais, além de garantir qualidade superior aos produtos comercializados na região, aprimorando os métodos de manejo, pós-produção, processamento e comercialização. Assim, será possível agregar qualidade e valor ao produto, o que consequentemente trará autonomia financeira e uma melhor qualidade de vida para suas respectivas famílias.

Esses objetivos serão redirecionados por meio dos instrumentos elaborados em parceria com os agricultores. A partir da construção dos Planos de Manejo e Croqui das propriedades, os sócios da Cooperativa de Produtores Orgânicos e Biodinâmicos da Chapada Diamantina (COOPERBIO) alcançarão uma produção livre de contaminantes e de passivos ambientais, garantindo um processo de sustentabilidade social, cultural, ambiental e consequentemente econômica.

O manejo indicado, quando implantado nas propriedades, trará como consequência a renovação do manejo agrícola por meio da valorização do meio ambiente, o que irá proporcionar a produção de alimentos adequados ao consumo. Ao resgatar a cultura de cada comunidade, esses métodos devolverão à agricultura sua força original, que vem se perdendo no processo hegemônico do agronegócio, direcionado à monocultura com o objetivo primordial de obter lucros. Desse modo, as propriedades em processo de certificação passam a aprimorar os procedimentos já realizados pelos produtores para se enquadrar inteiramente nas exigências da certificação orgânica participativa, solucionando os gargalos identificados.

Essas atualizações estabelecerão os processos a serem adotados para regular a certificação dos produtores orgânicos, coordenar os procedimentos de avaliação de conformidade, regular o funcionamento do sistema no cumprimento das normas de produção e comercialização dos cafés orgânicos e, posteriormente, de outros produtos agrícolas.

Assim, os instrumentos implementados durante o estágio servirão de ferramentas de avaliação da conformidade orgânica de propriedades que, ao ser concedido, irá permitir a venda de produtos com o

selo “Brasil Orgânico”, por uma organização credenciada ao MAPA, a Associação Povos da Mata de Certificação Participativa.

Em resumo, alguns processos passarão a ser aprimorados em relação às normas de boas práticas de produção para manter a integridade orgânica dos produtos por meio de manejos estabelecidos dentro dos padrões de qualidade esperados. Essas medidas servem tanto para preservar o meio ambiente, como a saúde de produtores e consumidores, garantindo que todas as gerações – presente e futura – possam ter ambiente e alimentação saudáveis e excelente qualidade de vida.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos agricultores e agricultoras do Pré Núcleo de Certificação Participativa Povos da Mata pelo empenho em participar ativamente de todo o processo durante o estágio, se propondo a realizar o manejo necessário para adequação aos processos de certificação. Estendo ainda o agradecimento à COOPERBIO, por todo apoio logístico e administrativo prestado durante as visitas às propriedades. Por fim, agradeço à equipe do Colegiado de Agroecologia do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT), *Campus* XVI em Irecê, Bahia, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pelo apoio técnico e da Educação, Pesquisa e Extensão que foram fundamentais para a execução eficaz das ações do estágio.

Referências

BRASIL. **DECRETO Nº 6.323, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007**. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. 2003. Acesso em 19 ago. 2023. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm>

BRASIL. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 20 DE JUNHO DE 2014**. Institui o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, e estabelecer os requisitos para a sua utilização, na forma desta Instrução Normativa e de seus Anexos I a IV. Diário Oficial da União: seção 1. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Brasília, DF. Nº 117. 2014.

BRASIL. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 28 DE MAIO DE 2009**. Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Brasília, DF. 2009.

BRASIL. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 46, DE 6 DE OUTUBRO DE 2011**. Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção, bem como as listas de substâncias e práticas permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção. 2011 Acesso em 21 ago. 2023.

BRASIL. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 50, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2009**. Institui o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, na norma dos Anexos à presente Instrução Normativa, e estabelecer os requisitos para a sua utilização nos produtos orgânicos. 2009. Acesso em 21 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. 2003. Acesso em: 15 ago. 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.831.htm. Acesso em: 16 out. 2024>.

BRASIL. **Obter Certificação de Produtos Orgânicos - Produção Primária Vegetal (PPV). Serviços e Informações do Brasil.** 2023. Acesso em: 30 ago. 2023. Disponível em: < https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certificacao-de-produtos-organicos-producao-primaria-vegetal>

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural.** Porto Alegre: EMATER/RS, 2001.

CAPORAL, F. R. **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível.** Francisco Roberto Caporal, Ladjane de Fátima Ramos, José Antonio Costabeber, Gervásio Paulus, Daiane Soares Caporal, Adriana Calderan Gregolin. Brasília. 2009.

CARVALHO, J. N. **Espécies nativas da Caatinga para recuperação de áreas degradadas: prospecção, ecofisiologia da germinação e crescimento de plantas**. Universidade Federal do Vale do São Francisco Campus de Ciências Agrárias. Pós-graduação em Agronomia – Produção Vegetal. Petrolina. Ano 2016.

Cooperativa de Produtores Orgânicos e Biodinâmicos da Chapada Diamantina. **Estatuto social da COOPERBIO - Cooperativa de Produtores Orgânicos e Biodinâmicos da Chapada Diamantina.** JUCEB. Registro sob o nº 97937837 em 09/01/2020. Protocolo 195090403 de 17/12/2019. 2020.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

MACHADO, A. T.; NASS, L. L.; MACHADO, C. T. T. **Manejo sustentável da agrobiodiversidade nos biomas Cerrado e Caatinga com ênfase em comunidades tradicionais.** Programa biodiversidade Brasil-Itália. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Cerrados. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Planaltina, DF. 2011.

MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Chapada Diamantina**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Coordenação Estadual dos Territórios, Conselho de Desenvolvimento Territorial da Chapada Diamantina, Cooperativa de Profissionais em Assessoria e Consultoria Técnica. Seabra. Bahia. 2ª Edição. Dezembro de 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder.** Tradução Maria Cecília França São Paulo: Ática, 1993. São Paulo: Ática. 1993.

REDE DE AGROECOLOGIA POVOS DA MATA. **Manual de procedimentos operacionais para a avaliação da conformidade orgânica na Associação Povos da Mata de Certificação Participativa.** Serra Grande – Uruçuca. Bahia. 2015.

REDE DE AGROECOLOGIA POVOS DA MATA. **Primeira Reforma do Estatuto Social da Rede de Agroecologia Povos da Mata.** Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Comarca de Ilhéus. Serra Grande – Uruçuca. Bahia. 2018.

REDE DE AGROECOLOGIA POVOS DA MATA. **Quem somos.** Rede de Agroecologia Povos da Mata Povos da Mata. 2017. Acesso em: 30/05/2023. Disponível em: <https://povosdamata.org.br/quem-somos/>

SANTOS, L. C. R. dos; FONSECA, M. F. A. C. **Construindo a certificação participativa em rede no Brasil: cartilha para subsidiar as oficinas locais.** Florianópolis. 2004.

SAQUET, M. **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos - Por uma abordagem territorial**. Colegiado de Geografia da Unioeste – Francisco Beltrão. Grupo de Estudos Territoriais – GETERR. 2024.

SDT. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/sdt/>. 2005.

SEABRA. **Dados geográficos**. Prefeitura Municipal - acesso à informação - dados geográficos. Publicado em 11 de janeiro de 2018. Acesso em 30/11/2023. Disponível em: https://www.seabra.ba.gov.br/pagina/dados-geograficos

SEI. **Info Territórios - Território de Identidade Chapada Diamantina.** Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. 2023.

SILVA, A. P. G.; SILVA, G. G. **Planejando e executando o Dia de Campo**. Ana Paula G. da Silva e Genil Gomes da Silva. Recife: Instituto Agronômico de Pernambuco – IPA, 2013. Coleção Extensão Rural.

SOUZA, M. M. O.; TAVARES, P. D. **Agricultura orgânica.** Dicionário de Agroecologia e Educação. 1ª edição. São Paulo e Rio de Janeiro. Expressão Popular. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2021.